

“O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NO IFPR CAMPUS CURITIBA - ENTRE A FLEXIBILIZAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO”

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Alessandra Giovanna Nogueira Bohneberger¹
Cíntia de Souza Batista Tortato²

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir flexibilização e intensificação do trabalho docente a partir dos Planos de Trabalho dos docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR Campus Curitiba no primeiro semestre de 2022. Para alcançar o objetivo proposto foi feito levantamento dos planos de trabalho do colegiado de Pedagogia que estava em atividade no primeiro semestre de 2022 disponíveis no sistema PLANIF a fim de organizar os dados segundo a distribuição da carga horária apresentada. A partir do levantamento e organização dos dados foram feitas análises à luz dos conceitos de flexibilização e intensificação do trabalho docente com base na literatura apresentada. Desse modo, foram obtidas constatações pertinentes sobre a relação de trabalho desenvolvida com esses professores, onde fica evidente a extração de sobretrabalho que estes têm vivenciado. O texto conclui que analisar e debater as relações de trabalho são ações essenciais que fomentam a qualificação e promoção do bem-estar dos docentes, bem como podem contribuir para a manutenção da qualidade do ensino, tanto das questões que envolvem o trabalho docente na licenciatura e no Instituto Federal, quanto para os demais espaços de ensino.

Palavras-chave: Flexibilização. Intensificação. Trabalho docente. Instituto Federal.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR - Campus Curitiba. E-mail: bohneberger.alessandra@gmail.com.

² Doutora em Tecnologia e Sociedade. Professora do Instituto Federal de Educação. E-mail: cintia.tortato@ifpr.edu.br.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir flexibilização e intensificação do trabalho docente a partir dos Planos de Trabalho dos docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná Campus Curitiba no primeiro semestre de 2022.

Tivemos como principais etapas o levantamento dos planos de trabalho do colegiado de Pedagogia que estava em atividade no primeiro semestre de 2022, a organização dos dados segundo a distribuição da carga horária apresentada no PLANIF e a análise dos dados à luz dos conceitos de flexibilização e intensificação do trabalho docente com base na literatura apresentada.

A pesquisa teve como base estudos recentes de pesquisas desenvolvidas na área da Educação, que contemplam as temáticas tanto da intensificação, como a da flexibilização e demais fatores que compõem a realidade do IFPR Campus Curitiba, além disso, contou com a análise de conteúdo da legislação que regulamenta as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR. A análise de conteúdo também serviu para o tratamento dos dados levantados sobre os PTDs (Plano de Trabalho Docente). Procuramos analisar como os professores têm dividido suas 40h semanais de trabalho entre as tarefas exigidas, em especial, como professores com cargos técnico-administrativos têm distribuído essas horas a fim de contemplar uma carga horária de planejamento pedagógico.

A pesquisa desenvolve-se e estrutura-se em três seções, onde na primeira, busca-se apresentar um apanhado histórico sobre a origem dos institutos em questão e em conjunto propôs-se apontamentos sobre a problemática, indicando os primórdios da discussão aqui tecida. Na segunda seção, explora-se o estudo realizado sobre os conceitos de flexibilização e intensificação do trabalho docente. A terceira seção tem como objetivo discutir os dados coletados na pesquisa dos PTDs.

Metodologia

Partindo de leituras sobre a atualidade e as diferentes problemáticas que permeiam a educação, a prática de observação em conjunto com estudos que têm por base o materialismo histórico dialético, é que nos despertou a necessidade de discutir a temática do efetivo exercício da docência no ensino superior com foco na

diversidade de atividades e funções que podem fazer parte do trabalho docente em um Instituto Federal. Por se tratar de um tema que tem como argumentação básica a problemática da flexibilização e da intensificação, constitui-se fundamental o estudo desses conceitos e da legislação que institui as diretrizes desse trabalho, pois é necessário:

[...] fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos, [...] [imprimindo] sobre eles a teoria, [e] a compreensão crítica do significado neles existentes.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Considerando essa necessidade, a pesquisa teve a análise documental como metodologia basal (aplicando-a na análise da Resolução 02/2009 do IFPR, que estabelece diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná) e a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) como método de tratamento dos dados obtidos, afinal, a análise de conteúdo configura-se como um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48).

Entretanto, a pesquisa documental por vezes é confundida com a pesquisa bibliográfica, porém, Gil (2008) traz a fonte dessas pesquisas como sendo a principal diferença entre ambas. Além disso, cabe mencionar que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Apoiado a esses dispositivos, o artigo traz também informações sobre a demanda de trabalho dos docentes do curso através da análise dos planos de trabalho (PTD) do 1º semestre de 2022, que são depositados numa plataforma online criada pelo Instituto Federal, de Planos de Ensino e Trabalho do IFPR, o PLANIF. Nesse portal, os docentes disponibilizam seus Planos de Ensino e de Trabalho. Ao ter acesso ao plano de trabalho, é possível conhecer a divisão que o docente faz das horas trabalhadas em função das atividades pedagógicas e técnico-administrativas desempenhadas gerando, inclusive, um gráfico. Em relação à opção pelo procedimento metodológico de análise de conteúdo, segundo Carlomagno; Da Rocha (2016, p. 174):

Uma etapa específica do processo global de análise de conteúdo é a fase de planejamento, coleta e sistematização dos dados (e, certamente, uma das mais importantes). As demais fases de cunho analítico dependem de uma coleta realizada de modo adequado.

Nesse sentido, o trabalho cumpriu essa etapa de planejamento coletando os dados dos PTDs do corpo docente referente ao período especificado. Os indicadores do próprio sistema serviram como balizadores das informações. Estas, por sua vez, foram sistematizadas em uma planilha geral de forma a dar visibilidade individual e coletiva acerca da distribuição das cargas horárias do corpo docente em cumprimento aos objetivos específicos, que por sua vez consistiram em levantar os planos de trabalho do colegiado de Pedagogia que estava em atividade no primeiro semestre de 2022 e organizar os dados segundo a distribuição da carga horária apresentada no PLANIF.

A tabela abaixo representa a planilha elaborada para a análise da distribuição da carga horária dos docentes, onde primeiro nomeamos os professores (prof.), em sequência as aulas (AU), manutenção de ensino (ME), apoio ao ensino (AE), atividade técnico administrativa (ATA), planejamento pedagógico (PP), pesquisa e extensão (PE), carga horária total (C.H.T), atribuições (atrib.) e número de colegiados (Coleg.) dos quais o docente faz parte. Em atribuições determinamos C - coordenação de curso, D - docência, DT - direção, O - orientador e P - pesquisas em andamento.

Tabela de comparação da carga horária dos PTDs - Colegiado de Pedagogia IFPR

| Prof. | AU | ME | AE | ATA | PP | PE | C.H.T | Atrib. | Coleg. |
|-------|-------|------|------|-------|------|-------|-------|------------|--------|
| A | 12h00 | 4h00 | 4h00 | 9h00 | 4h00 | 10h00 | 40h00 | D, O, C, P | 1 |
| B | 13h06 | 1h00 | 1h30 | 8h00 | 1h00 | 16h00 | 40h00 | D, C, P | 3 |
| C | 15h30 | 4h00 | 2h06 | 6h24 | 4h00 | 12h00 | 40h00 | D, C, P | 4 |
| D | 14h40 | 4h00 | 4h00 | 1h20 | 4h00 | 16h00 | 40h00 | D, C, P | 3 |
| E | 10h40 | 7h20 | 6h00 | 0h00 | 7h20 | 16h00 | 40h00 | D, P | 5 |
| F | 2h45 | 6h00 | 5h00 | 26h15 | 0h00 | 0h00 | 40h00 | D, P | 1 |
| G | 15h40 | 3h00 | 4h00 | 1h20 | 3h00 | 16h00 | 40h00 | D, C, P | 3 |

| | | | | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------|---|
| H | 14h20 | 4h00 | 4h00 | 3h30 | 4h00 | 11h00 | 40h00 | D, C, P | 3 |
| I | 12h00 | 8h00 | 6h00 | 2h00 | 8h00 | 12h00 | 40h00 | D, O, C, P | 3 |
| J | 10h40 | 4h00 | 4h00 | 1h20 | 4h00 | 20h00 | 40h00 | D, O, P | 4 |
| K | 9h30 | 0h00 | 1h00 | 13h30 | 0h00 | 16h00 | 40h00 | D, C, P | 3 |
| L | 6h40 | 13h00 | 10h20 | 0h00 | 13h00 | 10h00 | 40h00 | D, P | 4 |
| M | 6h40 | 4h00 | 4h00 | 9h20 | 4h00 | 16h00 | 40h00 | D, O, C, P | 4 |
| N | 11h30 | 3h30 | 5h00 | 4h00 | 3h30 | 16h00 | 40h00 | D, P | 5 |
| O | 10h35 | 0h45 | 2h40 | 19h00 | 0h45 | 7h00 | 40h00 | D, DT, P | 4 |
| P | 8h20 | 7h40 | 8h00 | 0h00 | 0h25 | 16h00 | 40h00 | D, O, P | 5 |
| Q | 8h20 | 4h00 | 3h20 | 12h20 | 2h00 | 12h00 | 40h00 | D, DT, P | 3 |
| R | 4h00 | 10h00 | 10h00 | 16h00 | 2h00 | 0h00 | 40h00 | D, C | 1 |

A etapa analítica, prevista no terceiro objetivo específico de analisar os dados à luz dos conceitos de flexibilização e intensificação do trabalho docente com base na literatura apresentada, se deu a partir de outros trabalhos relacionados aos conceitos fundantes do trabalho: flexibilização e intensificação do trabalho docente nos Institutos Federais. Diante da impossibilidade de realizar entrevistas como coleta de dados qualitativos a partir das falas do corpo docente, optou-se por basear-se em outras pesquisas que tenham realizado o diálogo com o campo específico. Para Carlomagno; Da Rocha (2016, p. 174):

A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.

Assim, foram criadas categorias analíticas específicas a partir da literatura que serviram de base para as discussões propostas a partir da análise da distribuição das cargas horárias declaradas no sistema.

Entre as primeiras categorias aponta-se o fato de docentes serem responsáveis por cargos administrativos a fim de discutir as possibilidades e dificuldades da conciliação entre atividades pedagógicas, onde destacam-se as

aulas, pesquisas e o planejamento e as atividades administrativas que se concentram nesse cenário na coordenação dos cursos, participação e suporte pedagógico em diferentes colegiados e os atendimentos aos estudantes, além disso, relacionamos o contexto sociopolítico em que essa situação se colocou historicamente nos Institutos Federais. Outra categoria trata dessa atuação docente em mais de um colegiado, à procura de compreender o que essa prática resulta em termos de organização pedagógica e geração de trabalho fora de sala de aula.

Realizada a busca dessas informações, comparou-se a referida resolução e a prática, que se descortinou através da análise dos planos de trabalho. Ora, mesmo com os planos de trabalho devidamente atualizados, o estudo mostra que a plataforma é falha no sentido do “não dito”, escancarando traços da flexibilização do trabalho exigida dos profissionais, pois:

Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada [...]. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

Diante disso, tecemos apontamentos críticos a partir das análises e informações coletadas, de acordo com GAMBOA (1996):

A formação do pesquisador não pode restringir-se ao domínio de algumas técnicas de coleta, registro e tratamento de dados. As técnicas não são suficientes, nem constituem em si mesmas uma instância autônoma do conhecimento científico. Elas têm valor como parte dos métodos. O método, ou o caminho do conhecimento é mais amplo e complexo.

Assim, critica-se a atual divisão do trabalho na sociedade, que por sua vez possui diversas e divergentes concepções acerca dos métodos de pesquisa, objetos de estudo, do homem em si e do trabalho, todos temas abordados nessa produção. Afirmamos isso baseados no conhecimento do método dialético que considera os fenômenos da humanidade determinados por sua historicidade, ou seja, em permanente transformação. Esses fenômenos, aqui integrantes do campo educacional, na ótica do materialismo histórico dialético:

Para serem compreendidos é necessário revelar sua dinâmica e suas fases de transformação. Neste sentido, as fases mais desenvolvidas são a chave para compreender as menos desenvolvidas e vice-versa. Na evolução do homem, a anatomia do macaco é a chave para entender a anatomia do homem. Segundo o método da economia política, a forma de produção escravista é a chave para a compreensão da economia capitalista, e vice-versa, pois são formas diferentes de um mesmo processo de desenvolvimento, uma contendo elementos explicativos da outra (cf. Marx, 1983). (GAMBOA, 2006, p. 73)

Logo, para compreender essa problemática da educação e do trabalho, é vital conhecer as bases da sociedade capitalista e os processos ligados ao trabalho, bem

como o contexto social histórico e geral que permeia essas relações, enfatizado por Gamboa (2006, p. 73) “a compreensão da educação exige que se recuperem informações sobre a dinâmica social na qual se inclui e tem sentido”.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: origens e contexto de trabalho flexibilizado e intensificado

Partindo de um dos princípios da temática aqui discutida, considera-se relevante recordar que a lei que originou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, originou também um cenário antes desconhecido para a EPT (Educação Profissional e Tecnológica), “com a oferta de várias modalidades de cursos, dentre elas o curso técnico integrado ao Ensino Médio, o curso técnico subsequente ao Ensino Médio, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu” (JUNIOR; MATOS; SCHLINDWEIN, 2018, p. 1219). Ainda sobre a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os autores contribuem para a problemática ao descortinar as novas exigências a respeito do ideal docente assumido para tal modelo educacional, sendo ele:

[...] com um conjunto de competências que atenda diferentes níveis de ensino (do Ensino Médio à pós-graduação), públicos e faixas etárias. Essa nova classe é denominada Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, o “Professor EBTT”. Permeado por demandas de uma política neoliberal, o trabalho do Professor EBTT abrange modalidades diversificadas, atendimento a um público diversificado e ações que se estendem ao Ensino, à Pesquisa, à Extensão e às atividades de apoio à administração. (JUNIOR; MATOS; SCHLINDWEIN, 2018, p. 1219)

Nessa ótica, as identidades docentes têm sido uma das questões que permeiam as pesquisas em Educação, bem como as condições de trabalho docente também têm sido tema de vários estudos e debates na última década, tanto de professores pesquisadores quanto de outros profissionais que estudam as relações sociais, de trabalho e até mesmo pesquisadores do campo da saúde. Apesar do que se pode acreditar inicialmente, não é possível resumir as condições de trabalho docente apenas aos aspectos materiais, de infraestrutura e remuneração, a realidade mostra que as condições inerentes ao trabalho docente vão além dessas.

Na presente discussão procura-se relacionar a organização do trabalho docente com os conceitos de flexibilização e intensificação, logo, considerar o modelo organizacional em que essa organização é pautada nas instituições em questão é fundamental. Sobre esse modelo, Junior, Matos e Schlindwein (2018,

p.1220) contextualizam sua utilização, que vem consecutivamente ao fracassado modelo burocrático weberiano, sendo assim:

Com a “saturação” desse modelo e a crise econômica, surge o modelo gerencial, de caráter neoliberal, inspirado na “lógica de mercado” e nas características de agilidade, eficiência, produtividade, agilidade, qualidade na prestação de serviços, o que não implicou, no entanto, na extinção do modelo burocrático, que fora incorporado.

Define-se então, o “*New Public Management*”, o Modelo de Gestão Gerencial, que, como citado pelos mesmos autores, não substitui inteiramente o modelo antigo, mas o flexibiliza. Portanto, “do trabalhador não é exigido somente a eficiência, eficácia e produtividade, mas também atender aos procedimentos burocráticos enraizados nas instituições educacionais e nas demais instituições” (JUNIOR; MATOS; SCHLINDWEIN, 2018, p. 1220).

A intensificação e a flexibilização como categorias de análise da organização do trabalho docente

Ao partir de uma linha crítica, o trabalho do professor não se pauta unicamente na transmissão dos conhecimentos, o que nos remete à uma forma tradicional de pensar a educação, e sim no ensino-aprendizagem, que se configura numa tarefa complexa e ramificada, tendo em vista a forma de organização da sociedade contemporânea, que demonstra exigir e desconfigurar cada vez mais o trabalho docente. De acordo com Vale e Mancebo (2010, p. 196):

Ao empobrecer a concepção de trabalho docente e do professor, tanto no sentido econômico como subjetivo, ao transformá-lo em uma tarefa técnica a ser realizada de modo eficaz a ser mensurada por critérios de produtividade quantitativos, dociliza-se politicamente o próprio docente e introduz-se um mecanismo sutil, mas indispensável, no processo de privatização e submissão do campo educacional à lógica do capital.

Historicamente, como campo fértil para estratégias econômicas e políticas, a educação acaba sendo alvo das cobranças que a configuração socioeconômica impõe, ficando assim responsável por suprir as demandas de formação. Com tais constatações, é possível analisar que tanto o cenário em que se desenvolve quanto o próprio sentido do trabalho docente têm sofrido alterações em sua dinâmica, nesse sentido, Pontes e Rostas (2020, p. 731) sugerem:

Engendrado nesta conjuntura o trabalho docente se materializa, nos estudos de Leite (2017), em um ambiente marcado pela competitividade, pressão por desempenho, cumprimento de metas, aliados à compressão salarial, exigência de produtividade, gerido por prazos e bolsas de pesquisa, criando uma rotina estafante ao profissional de ensino.

Como exposto, sendo a inserção no coletivo uma das principais características do fazer docente, entende-se que o professor precisa dispor da preparação e prática de diversos atributos ao lidar com as demandas do cotidiano, não apenas com as atividades dentro de sala propriamente ditas, e como observado mais recentemente, com as demandas resultantes do período pandêmico. Porém, tal intensificação vem gerando situações de sobrecarga. Para o conceito de intensificação, Reis e Cecílio (2014, p. 111) dão a seguinte contribuição:

A intensificação é todo processo que resulta em um maior dispêndio de capacidades físicas, cognitivas e emocionais do trabalhador, objetivando um aumento de resultados quantitativos e qualitativos que favorecem ou permitem um aumento da mais-valia e da “exploração do trabalho”.

A partir disso, os autores ainda nos alertam que “o trabalho intensificado pode ocasionar cansaço físico e mental, alterações emocionais, uma sobrecarga para o trabalhador, cada vez mais exigido na função que desempenha” (p. 111).

Como já foi mencionado, a sociedade passa por diversas mudanças, que apresentam novas formas de organização do trabalho, da produção, da economia e a educação sofre as consequências dessas mudanças, assim, tendo a intensificação do trabalho como uma consequência, de acordo com Araújo e Mourão (2021, p. 6):

[...] a intensificação constitui uma dimensão social da exploração do trabalhador e da precarização do trabalho. Esse conceito está ligado ao aumento do labor, mas não somente a isso, pois ela se constitui, também, numa “dimensão social particular da exploração, distinta da força produtiva (produtividade) e do prolongamento da jornada de trabalho”.

Esse ponto também se evidencia, entre outros, através da flexibilização e da precarização do trabalho docente, realidade essa que influencia diretamente a qualidade de vida dos profissionais. Sobre a flexibilização, Oliveira (2004) afirma que formas horizontais e autônomas de organização do trabalho vem tomando o lugar da então divisão rígida das tarefas - característica predominante do fordismo - possibilitando assim a “maior adaptabilidade dos trabalhadores às situações novas”.

Portanto, até que ponto essa adaptabilidade pode se mostrar (e aqui utilizamos o verbo “mostrar” e não o “ser”) positiva? A quebra da organização horizontal e autônoma das tarefas beneficia quem e quais processos?

Refletindo sobre esses questionamentos, nos deparamos com o conceito de “verticalização” do trabalho docente na oferta de educação nos IFs, que por sua vez é evidente nessa realidade e tem forte ligação com a flexibilização. Esse conceito, na definição de Araújo e Mourão (2021), infere a oferta de ensino em:

Todos os níveis e modalidades, ou seja, ministre educação profissional técnica de nível médio, cursos em nível de educação superior de tecnologia, licenciaturas, bacharelado e engenharia, e, ainda, cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Assim, aqueles e outros questionamentos podem continuar a ser discutidos com o aporte da contribuição de Araújo e Mourão (2021, p. 11) sobre a verticalização do trabalho, onde:

Esse processo é ao mesmo tempo uma estratégia administrativo-gerencial e uma estratégia pedagógica (FLORO, 2014). No que se refere à estratégia administrativo-gerencial, está pautada no aumento da produtividade do professor e da própria instituição.

É nessa perspectiva que o trabalho docente, além de indicar-se flexibilizado, intensificado e verticalizado, tem também suas marcas de precarização, uma vez que “(...) a oferta educativa para diversos níveis, etapas e modalidades numa mesma instituição pauta-se pela intenção de aproveitamento da estrutura física e humana dessas instituições na tentativa de fazer mais com menos.” (ARAÚJO; MOURÃO, 2021, p.11).

O professor tarefeiro³ suscitado pela carga horária e a divisão de tarefas

Ao trazer esses conceitos para a pesquisa com o colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (Campus Curitiba), se torna indispensável a revisão da Resolução nº 02 de 30 de março de 2009 do Conselho Superior do IFPR. Tal resolução dispõe das diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto. Por exemplo, em análise inicial, um dos pontos que se destaca se encontra no art. 11 sobre a divisão da carga horária para manutenção de ensino e para apoio ao ensino. Estão sendo essas horas suficientes para o cumprimento das demandas desses docentes? Esse trabalho tem se intensificado e em caso afirmativo, por quais motivos?

Além dessa resolução, é fundamental considerar a Portaria 983/2020 do MEC, que procura estabelecer “diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Essa resolução foi recebida com estranheza e repudiada por diversos IFs, porque compromete a

³ Termo utilizado por Kuenzer (1999) quando critica as atuais políticas de formação de professores, pois “ao retirar da universidade a formação do professor, o governo nega a sua identidade como cientista e pesquisador, ao mesmo tempo em que nega à educação o estatuto epistemológico de ciência, reduzindo-a a mera tecnologia, ou ciência aplicada, ao mesmo tempo em que reduz o professor a tarefeiro [...]” (p. 182).

qualidade da educação ofertada nos Institutos, a capacitação e trabalho docente, além disso, foi construída sem um diálogo prévio com os dirigentes das instituições da Rede Federal.

Justifica-se falar no comprometimento da qualidade da educação e capacitação docente uma vez que a Portaria altera a carga horária em sala de aula para um mínimo de 14 horas semanais para os docentes em regime de tempo integral e o mínimo de dez horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial, utilizando a medida de 'hora-relógio' (60 minutos) e não mais 'hora-aula'. Posto isso, a Portaria não demonstra considerar os outros aspectos que antecedem e precedem o trabalho em sala de aula, como alguns exemplos podemos citar o planejamento das aulas, aplicação e correção de provas e trabalhos e a pesquisa e extensão. Aumentar a carga horária em sala de aula significa, ou deveria significar, um aumento no tempo despendido para a preparação das aulas, porém, como encaixar tudo isso numa carga horária de 40 horas semanais e que para muitos professores já é ultrapassada? Assim, entende-se que a Portaria 983/2020 tem potencial para inviabilizar as atividades de pesquisa, extensão e até as de gestão para os professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico - EBTT, uma vez que, certamente, a carga horária para essas atividades seria reduzida.

Sendo assim, em conjunto com a análise da referida resolução 02/2009 do IFPR, a pesquisa buscou reunir os PTDs dos docentes do colegiado do curso, dividindo e organizando as horas de trabalho (carga horária total) destinadas à: aulas (AU), manutenção de ensino (ME), apoio ao ensino (AE), atividades técnico-administrativas (ATA), planejamento pedagógico (PP) e pesquisa e extensão (PE).

Com os dados analisados, constata-se que 72,22% dos docentes possuem cargos técnico-administrativos, seja em coordenação ou vice-coordenação de curso (para além da Pedagogia), bem como 44,44% dos docentes atuam em 4 ou mais colegiados. E nesse viés pode-se considerar as disciplinas ministradas, as turmas e o volume de avaliações geradas, assim como as demandas exigidas por cada colegiado (reuniões presenciais e remotas, participação em formações, os horários de atendimento que devem ser disponibilizados aos estudantes etc).

A partir dos PTDs reunidos, observou-se que do total de docentes, 66,66% atuam em 3 ou mais colegiados (aqui contabilizando um cargo técnico-administrativo

como colegiado somativo) e destinam 4h ou menos para o planejamento das aulas e materiais didáticos. Ainda desse total, metade, 33,33% não especifica na plataforma PLANIF a tarefa à que destinou as horas lançadas como PP, além disso, nesta parcela estão também os docentes que dividem essas 4 ou menos horas com outras atividades que não contemplam o planejamento como a correção de avaliações, orientações e organização de espaços virtuais de aprendizagem.

Considerações finais

Considerando os pontos debatidos neste estudo, é possível dizer que estes podem contribuir para uma série de constatações e uma delas é a de que a teoria envolve a prática e a prática envolve a teoria e ambas se modificam de acordo com as reflexões e ações tomadas pelo homem.

O trabalho, como fundamento ontológico, pode ser definido com um processo dialético, onde homem e natureza modificam-se, para que o primeiro encontre utilidade no segundo. Uma vez que o homem modificou a natureza (através do trabalho) para que ela seja útil a vida humana, certamente essas modificações não impactam um ser isolado, e sim, a coletividade.

Posto isso, a realidade do trabalho docente encontrada na pesquisa, e facilmente observável na realidade social da qual estamos cercados, nos mostra diversos pontos onde o trabalho, como fundamento ontológico que contribui para a humanização do homem, tem perdido uma de suas principais características (atualmente utópica para muitos trabalhadores), o bem-estar físico e social. Embora mais debatida atualmente, essa realidade não se deu apenas com as mudanças como a flexibilização nas relações de trabalho, é um processo com múltiplos causadores, como as inovações tecnológicas, a docilização dos trabalhadores, desmonte e enfraquecimento dos sindicatos, além das rachaduras político-econômicas que afligem o país.

Assim, diante de todos esses fatores principais citados no artigo (flexibilização, intensificação e precarização), da taxa de desemprego do Brasil, as jornadas de trabalho e salários degradantes, da retirada e modificação de direitos trabalhistas e reformulações nocivas de portarias que direcionam o trabalho dos docentes, é onde entendemos a necessidade e urgência do debate acerca do tema.

Suscitar reflexões sobre o mundo do trabalho atual e resgatar o conceito do trabalho ontológico são medidas basilares na emancipação, tanto da classe docente,

como da classe trabalhadora com um todo, promovendo assim a diminuição, segundo Antunes (2015, p. 130), “dos mecanismos de extração do sobretrabalho” e ampliação da conquista e execução de direitos.

Ademais, outra medida fundamental para a emancipação e bem-estar dos docentes se concentra na discussão que permeia aspectos oriundos da demanda de trabalho envolvendo meios tecnológicos e potencializada pelo período pandêmico enfrentado recentemente, o direito à desconexão. Uma vez que constata-se uma demanda de trabalho excessiva, plataformas disfuncionais para o lançamento de horas de trabalho e a recente tentativa de aumentar a carga horária em sala de aula, deveria-se dar maior ênfase na discussão do direito à desconexão após a jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serviço Social & Sociedade [online], v. 00, n. 123, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>>. Acesso em: 18 out. 2022.

ARAÚJO, J. J. C. N.; MOURÃO, A. R. B. . **O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado.** Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 47, p. e226325, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186946>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CARLOMAGNO, Márcio C.; DA ROCHA, Leonardo Caetano. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica.** Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

FLORES, Renata L. B. **Ser EBTT: Carreira e Docência na Educação Básica Federal.** Anos Iniciais em Revista, v. 3, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/anosiniciais/article/view/2210/1522>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

GAMBOA, S. Silvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** Chapecó- SC, Argos Editora Universitária, 2007.

JUNIOR, J. W. A.; MATOS, L. A. L.; SCHLINDWEIN, V. L. D. C. **O trabalho do professor EBTT: entre a exigência do capital e a possibilidade humana.** Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n.3, p. 1217-1232, set./dez., 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11894/8223>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

KUENZER, Acacia Z. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobranste**. Educação & Sociedade [online], v. 20, n. 68, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300009>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA, D. A. **Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos?**. Retratos da Escola, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 713–732, 2022. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1362>>. Acesso em: 28 set. 2022.

OLIVEIRA, Dalila A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação & Sociedade [online], v. 25, n. 89, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G.; ROSTAS, G. R. **Recorte investigativo: precarização do trabalho e adoecimento do docente**. Revista Educar Mais, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 722–737, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1931>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. In: PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. (Org.). **Pesquisa Científica**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. **Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 109–128, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9141>>. Acesso em: 25 out. 2022.

VALE, Andréa A.; MANCEBO, Deise. **Trabalho docente na educação superior: análise a partir da Redestrado**. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande - MS, n. 30, p. 183-201, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/146>>. Acesso em: 18 out. 2022.